



SECRETARIA GENERALIS
SYNODI

SECRETARIADO GERAL DO SÍNODO
XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS

Até outubro de 2024

Seguem-se as indicações, elaboradas e aprovadas pelo Conselho Ordinário da Secretaria Geral do Sínodo, sobre os **passos a dar nos meses que nos separam até à Segunda Sessão da Assembleia Sinodal (outubro de 2024)**, para continuar o caminho desejado e lançado pelo Santo Padre a 9 de outubro de 2021: *Por uma Igreja Sinodal. Comunhão, participação, missão.*

O processo do Sínodo 2021-2024, no seu conjunto, constitui a fonte de inspiração para prosseguir o caminho. Aqueles que participaram nos encontros sinodais nos diversos níveis da fase de escuta e consulta, e mais ainda os participantes na Primeira Sessão, tiveram uma experiência concreta de uma Igreja que se descobre plural e pode viver as diferenças como uma riqueza, na comunhão. Esta experiência constitui uma palavra profética dirigida a um mundo que tem dificuldade em acreditar que a paz e a concórdia são possíveis. Somos chamados e enviados pelo Ressuscitado a anunciar o Evangelho ao mundo de hoje: crescer como Igreja sinodal é uma forma concreta de responder a este chamamento e a esta missão.

O testemunho de quem participou na Assembleia é precioso: o seu relato pode transmitir a riqueza de uma experiência que nenhum texto pode condensar e que, pelo contrário, constitui uma parte irrenunciável do dom que recebemos. O encontro sinodal entre irmãos e irmãs que se reconhecem como discípulos chamados e enviados pelo Senhor é uma graça e uma fonte de alegria. Desta experiência nasce o desejo de partilhar este dom, envolvendo cada vez mais pessoas neste dinamismo.

Para além da narração dos participantes, o fruto da Primeira Sessão está reunido no *Relatório de Síntese*, aprovado no final dos trabalhos e disponível num grande número de línguas no website do Sínodo 2021-2024 (www.synod.va), que constitui o ponto de referência para o caminho do Povo de Deus no tempo entre as duas Sessões. Em particular, o processo sinodal prosseguirá segundo algumas linhas que, de várias maneiras, entrelaçam os três níveis em que trabalhámos sucessivamente até agora: o nível de cada Igreja local, o dos agrupamentos de Igrejas (nacionais, regionais e continentais) e o da Igreja inteira. Como recordou o Santo Padre ao aprovar estas linhas de trabalho, «o Sínodo é sobre sinodalidade e não sobre este ou aquele tema.... O importante é *como* a reflexão é feita, ou seja, de modo sinodal».

É nesta linha que o processo tem sido conduzido até agora e é também nesta linha que somos chamados a desenvolver o trabalho da Primeira Sessão, durante a qual **a Assembleia afrontou questões de grande importância** de forma sinodal, registando as convergências, indicando as questões a tratar e formulando propostas. Trata-se de questões de grande relevo, **algumas das quais devem ser tratadas a nível de toda a Igreja e em colaboração com os Dicastérios da Cúria Romana**, como, por exemplo, o estudo preliminar em vista da atualização do CIC e do CCEO (*Relatório de Síntese*, cap. 1 letra r), da *Ratio fundamentalis* sobre a formação dos ministros ordenados (cap. 11 letra j), do documento *Mutuae relationes* (cap. 10 letra g); ou o aprofundamento da pesquisa teológica e pastoral sobre o diaconato e, mais especificamente, sobre o acesso das mulheres ao diaconato (cap. 9 letra n), etc. Como fruto dos trabalhos de uma Assembleia Sinodal, **será apresentada ao Santo Padre uma lista destes temas**. Sobre aqueles que Ele indicar, serão chamados a trabalhar grupos de peritos de todos os continentes, com a participação dos Dicastérios competentes da Cúria Romana, num dinamismo eclesial coordenado pela Secretaria Geral do Sínodo. Um relatório sobre o andamento destes trabalhos será apresentado na Segunda Sessão, em outubro de 2024.

1. Uma pergunta orientadora para aprofundar

Uma diretriz de trabalho convida as Igrejas locais e os agrupamentos de Igrejas a contribuir no aprofundando de certos aspetos do *Relatório de Síntese* que são fundamentais para o tema do Sínodo, a partir de uma pergunta orientadora:

COMO ser Igreja sinodal em missão?

O objetivo é identificar **os caminhos a percorrer e os instrumentos a adotar** nos diversos contextos e nas diversas circunstâncias, de modo a valorizar a originalidade de cada batizado e de cada Igreja na missão única de anunciar o Senhor ressuscitado e o seu Evangelho ao mundo de hoje. Não se trata, portanto, de nos limitarmos ao projeto de melhorias técnicas ou processuais que tornem mais eficientes as estruturas da Igreja, mas de trabalhar sobre as formas concretas do empenho missionário a que somos chamados, no dinamismo entre unidade e diversidade próprio de uma Igreja sinodal.

A este propósito, é útil reler o n.º 27 da exortação apostólica *Evangelii gaudium*: «Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto-preservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de ‘saída’ e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade. Como dizia João Paulo II aos Bispos da Oceânia, ‘toda a renovação na Igreja há-de ter como alvo a missão, para não cair vítima duma espécie de introversão eclesial’». O horizonte para o qual se projeta o trabalho de aprofundamento a partir da pergunta orientadora é, portanto, uma reforma animada pelo impulso em direção à missão que Cristo nos confiou, sustentada pela conversão pastoral que o Espírito, que segundo a promessa do Senhor nunca nos deixa sós, nos convida a realizar e torna possível.

1.1 Os dois níveis de aprofundamento

A questão orientadora deve ser abordada a dois níveis, tendo sempre como referência o Relatório de Síntese no seu conjunto.

a) A nível de cada Igreja local: **COMO valorizar a corresponsabilidade diferenciada na missão de todos os membros do Povo de Deus?** Que modos de relação, estruturas, processos de discernimento e de decisão em relação à missão permitem reconhecê-la, moldá-la, promovê-la? Que ministérios podem ser renovados ou introduzidos para melhor exprimir esta corresponsabilidade? No *Relatório de Síntese*, pode-se fazer referência mais especificamente aos capítulos 8-12, 16 e 18.

b) A nível das relações entre Igrejas, entre grupos de Igrejas e com o Bispo de Roma: **COMO articular criativamente estas relações para encontrar «um equilíbrio dinâmico entre a dimensão da Igreja no seu conjunto e o seu enraizamento local»** (*Relatório de Síntese* cap. 5, letra g)? A este respeito, pode fazer-se referência sobretudo os capítulos 13, 19 e 20 do *Relatório de Síntese*.

1.2 Algumas indicações para organizar o trabalho

Na prática, a partir da pergunta orientadora e dos dois níveis acima indicados, **cada Igreja local é convidada a efetuar uma nova consulta**, determinando as modalidades concretas com base no que parece possível no tempo disponível. O primeiro passo consistirá da perspetiva com que abordar a questão orientadora, desenvolvendo os conteúdos do *Relatório de Síntese* sobre ela. Realisticamente, não será possível examinar todas as implicações. Por isso, cada Igreja local é convidada a concentrar-se nos aspetos

em relação aos quais acredita que pode dar o seu contributo, com base nas suas próprias particularidades e da própria experiência, partilhando boas práticas que representem focos de sinodalidade concreta. Com base no que foi decidido, cada Diocese ou Eparquia transmitirá os frutos desta consulta ulterior à Conferência Episcopal ou à Estrutura Hierárquica Oriental a que pertence, nos tempos e modos que estas indicarem.

Não se trata de começar do zero ou de repetir o processo de escuta e consulta que caracterizou a primeira fase. Nesta etapa, para além das instâncias de participação a nível diocesano e da equipa sinodal já constituída, será importante envolver pessoas e grupos que expressem uma variedade de experiências, competências, carismas, ministérios no seio do Povo de Deus e cujo ponto de vista seja particularmente útil para se concentrar no "como": por exemplo, os ministros ordenados (em particular os párocos); outros responsáveis pastorais (por exemplo, catequistas e responsáveis de comunidades de base e de pequenas comunidades cristãs, sobretudo em algumas regiões; responsáveis de gabinetes pastorais); consagrados e consagradas; responsáveis de Associações de leigos, de Movimentos eclesiais e de novas Comunidades; pessoas que ocupam cargos de responsabilidade em instituições e organismos ligados à Igreja (escolas, universidades, hospitais, centros de acolhimento, centros culturais, etc.); teólogos e canonistas, etc.

As **Conferências Episcopais** e as **Estruturas Hierárquicas Orientais** são o ponto de referência para esta parte do processo e **são convidadas a coordenar a recolha de contributos das dioceses e eparquias**, definindo os métodos e o calendário. São também convidadas a continuar o estudo aprofundado com base na mesma pergunta orientadora ao seu nível e a nível continental, conforme considerado apropriado e viável.

A nível local como ao nível dos agrupamentos de Igrejas, a perspectiva de um discernimento autenticamente sinodal requer também o **contributo de competência teológica e canónica, bem como das ciências humanas e sociais**, envolvendo peritos destas disciplinas e instituições académicas desse território.

Depois de recolhidos os contributos das Dioceses ou Eparquias, as Conferências Episcopais e as Estruturas Hierárquicas Orientais, bem como as Dioceses que não pertencem a nenhuma Conferência Episcopal, **têm a tarefa de redigir uma síntese de um máximo de 8 páginas**, e de a enviar à Secretaria Geral do Sínodo até 15 de maio de 2024. Com base no material assim recolhido, será redigido o *Instrumentum laboris* da Segunda Sessão.

2. Manter vivo o dinamismo sinodal

Preservar e reavivar a dinâmica sinodal que envolveu todo o Povo de Deus nos últimos dois anos tem a mesma importância que o trabalho de estudo de aprofundamento e de consulta antes delineado. A Primeira Sessão indicou como prioridade «o alargamento do número de pessoas envolvidas nos processos sinodais, superando os obstáculos à participação que emergiram até ao momento» (*Relatório de Síntese*, cap. 1, letra m), indicando também diferentes modalidades e grupos de pessoas a ter em atenção, incluindo o ambiente digital.

Para o efeito, as Igrejas locais são convidadas a percorrer todo o Relatório de Síntese e a recolher os pedidos mais consentâneos com a sua realidade. A partir daí, **poderão promover as iniciativas mais adequadas para envolver todo o Povo de Deus** (atividades formativas, estudos teológicos aprofundados, celebrações em estilo sinodal, consultas de base, escuta das populações minoritárias e dos grupos que vivem em condições de pobreza e de marginalidade social, espaços para abordar questões controversas, etc.), utilizando os métodos já experimentados com sucesso durante a primeira fase, em particular o diálogo no Espírito. As Congregações Religiosas, os Institutos de Vida Consagrada, as Associações de Leigos, os Movimentos Eclesiais e as novas Comunidades são também convidados a fazer o mesmo, contribuindo para o trabalho das Dioceses e Eparquias onde estão presentes. O objetivo é manter vivo o dinamismo da

escuta e do diálogo com todos, especialmente com aqueles que permanecem mais à margem da vida da Igreja, que a primeira fase do processo sinodal iniciou e que produziu frutos significativos.

Cada Igreja local que o desejar poderá **transmitir** à Conferência Episcopal ou à Estrutura Hierárquica Oriental a que pertence **um breve testemunho do trabalho realizado e das experiências vividas (máximo de duas páginas), partilhando uma boa prática** que considere significativa para fazer crescer um dinamismo sinodal missionário. As Conferências Episcopais e as Estruturas Hierárquicas Orientais serão responsáveis pelo seu envio à Secretaria Geral até 15 de maio de 2024.

Estes contributos não serão diretamente objeto de discernimento por parte da Assembleia durante a Segunda Sessão, mas serão postos à disposição dos seus membros. O seu objetivo é ajudar a compor um quadro no qual situar os trabalhos da Assembleia. A partilha de experiências e de boas práticas pode também **ativar dinâmicas de encontro e de colaboração entre as Igrejas** que se sentirão chamadas a abordar as mesmas questões.

3. Os sujeitos responsáveis e as suas tarefas

Os sujeitos principais do caminho entre as duas Sessões da Assembleia são todas e cada uma das Igrejas locais. Nesta fase, cada Bispo Diocesano ou Eparquial desempenha um papel insubstituível de impulso: é sua tarefa abrir e acompanhar esta consulta ulterior na própria Diocese ou Eparquia, e depois validar os seus resultados.

Para conduzir e animar este processo, sugere-se que se valorize a contribuição dos membros da Assembleia Sinodal de cada território, bem como das equipas sinodais constituídas na fase anterior aos diversos níveis.

As Conferências Episcopais e as Estruturas Hierárquicas Orientais são convidadas a empenhar-se diretamente no trabalho de aprofundamento ao seu nível, e a desempenhar um papel de coordenação para as Igrejas locais. Em particular,

1) a respeito ao trabalho de aprofundamento da pergunta orientadora, as Conferências Episcopais e as Estruturas Hierárquicas Orientais são convidadas a:

- acompanhar este processo, oferecendo às Igrejas locais as indicações sobre os modos e os tempos da consulta;
- ocupar-se do aprofundamento da pergunta orientadora também ao nível de grupos de Igrejas, segundo os métodos que considerem oportunos;
- preparar uma síntese dos contributos recebidos ou produzidos, e a enviá-la à Secretaria Geral do Sínodo até 15 de maio.

2) No que diz respeito ao compromisso de manter vivo o dinamismo sinodal, é pedido às Conferências Episcopais e às Estruturas Hierárquicas Orientais para:

- continuar a promover iniciativas para crescer como Igreja sinodal em missão também ao nível dos agrupamentos de Igrejas;
- recolher os testemunhos e as boas práticas que as Dioceses e as Eparquias gostariam de partilhar e enviá-los todos, sem os resumir, ao Secretariado Geral do Sínodo, também até 15 de maio.

Vaticano, 11 de dezembro de 2023